

# MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



OUTUBRO/2018 - Nº 107

34º ENCONTRO ANUAL DA AMATRA-2

## PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CONTRA A CENSURA

PÁG. 6



**RILMA HEMETÉRIO**  
AFIRMA QUE PROCESSOS  
DE PROMOÇÃO VÃO  
ESTAR EM PAUTA  
“O MAIS BREVE  
POSSÍVEL”

PÁG. 12

**POSSE DA NOVA  
DIREÇÃO  
DO TRT-2:  
SOLENIDADE  
E JANTAR  
COMEMORATIVO**

PÁG. 16

**HOMENAGEM:  
OS 101 ANOS DO  
DESEMBARGADOR  
APOSENTADO  
JÚLIO DE ARAÚJO  
FRANCO FILHO**

PÁG. 10



## MAGISTRATURA E TRABALHO

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRÉSIDENTE

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO FERREIRA

#### VICE-PRÉSIDENTE

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

#### DIRETORA SECRETÁRIA

RAQUEL MARCOS SIMÕES

#### DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ (ADJUNTA)

#### DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO

EDUARDO ROCKENBACH PIRES

#### DIRETORIA SOCIAL

TATIANA AGDA JULIA E. H. BELOTI MARANESI

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR

#### DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

JEFFERSON DO AMARAL GENTA

JULIANA HEREK VALÉRIO

#### COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

##### DESEMBARGADORES

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO ARIANO

SUPLENTE: ROSANA ALMEIDA BUONO

##### JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: ADRIANA PRADO LIMA

##### JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: MARCELO AZEVEDO CHAMONE

SUPLENTE: JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

#### DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

#### DIRETORIA DE APOSENTADOS

MARIA CRISTINA FISCH

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

MARIA LUÍZA FREITAS

#### DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALERCIO

LAURA RODRIGUES BENDA

#### CONSELHO FISCAL

##### TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

DANIEL ROCHA MENDES

JULIANA EYMI NAGASE

##### SUPLENTES

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

#### COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADEMAR SILVA ROSA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIEGO REIS MASSI

JULIANA FERREIRA DE MORAES AZEVEDO

LÁVIA LACERDA MENEZES

LEONARDO ALIAGA BETTI

MATHEUS BARRETO CAMPELO BIONE

MAURÍCIO MARCHETTI

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE

SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

#### DIRETORIA DE ASSUNTOS

##### LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

JULIANA JAMITCHEK GROSSO

##### REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

##### REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLAVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ABC

CLAUDIA FLORA SCUPINO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

XERXES GUSMÃO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

DAIANA MONTEIRO SANTOS

#### AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO - SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

#### O JORNAL MAGISTRATURA

#### E TRABALHO É FEITO PELA

#### VARIDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2202

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

#### PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORANTE

#### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

DESIGNER GRÁFICO: RENATA MIYABE UEDA

FOTOS DE CAPA: DIVULGAÇÃO/AMATRA-2



## MAGISTRADOS SÃO CIDADÃOS

### Colegas Associados e Associadas,

A Magistratura e o Poder Judiciário são fundamentais para a manutenção da democracia porque impõem ao Estado o cumprimento das garantias individuais do cidadão. Mas e quando o próprio Estado se volta contra a garantia de liberdade de expressão do(a) Magistrado(a) cidadã(o)?

Não se debate aqui uma pretensão de atuação político-partidária do Poder Judiciário como existente, por exemplo, na Áustria e Alemanha. Debate-se a extensão interpretativa da vedação constitucional “atividade político-partidária” para qualquer manifestação humana (ideológica, de autodeterminação, crítica a opiniões alheias), no evidente efeito de subsumir-la à vedação constitucional e silenciar a Magistratura.

A situação não é simplesmente binária. É complexa e deve se inserir no contexto histórico-social em que realizada, como bem analisado pela Comissão Européia para a Democracia através do Direito, no Parecer nº 806/2015.

Se o silêncio é uma proposta para manter a imagem de imparcialidade do Poder Judiciário, não se pode olvidar que foi justamente no seu mutismo que a “Noite das Facas Longas”, em 1934, abriu o caminho para a maior atrocidade do Século XX.

Nosso 34º Encontro Anual, realizado entre 11 e 14 de outubro de 2018, abordou o tema em momento crucial da sociedade brasileira.

**Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira**  
Presidente da AMATRA-2



NA FOTO, VOTAÇÃO DURANTE A AGE DO DIA 04 DE SETEMBRO CONDUZIDA PELO PRESIDENTE DA AMATRA-2

## COMISSÃO PARITÁRIA VAI ESTUDAR SUGESTÕES PARA RECUSA DE MAGISTRADOS NO AUXÍLIO-FIXO

DIVULGAÇÃO/AMATRA-2

Grupo será formado após decisão tomada em AGE de Associados da AMATRA-2 em setembro

**E**m Assembleia Geral Extraordinária da AMATRA-2, realizada no dia 04 de setembro, os Associados deliberaram que o regime de auxílio-fixo não pode ser renunciado, mesmo que fundamentadamente. Assim, prevaleceu o entendimento de que o regime de designação fixado pelo interesse público do Tribunal não está sujeito ao alvitre de abdicação do Magistrado.

Na Assembleia também foi estabelecida uma moção de orientação, não vinculativa, para que a Diretoria de entidade criasse uma comissão paritária entre Juízes Titulares, Juízes Substitutos e Desembargadores, com inscrição aberta a todos os Associados, para tratar sobre a possibilidade de recusa de Magistrados

no auxílio-fixo, bem como as repercussões relacionadas à recusa, inclusive a eliminação do pedágio de um ano prevista na norma administrativa.

Após inscrições realizadas, ela será anunciada e vai começar a trabalhar em sugestões, no mais tardar, até o início de novembro. O tema retornará a ser debatido em nova Assembleia com essa finalidade.

### ASSOCIADOS DIVIDIDOS

O tema em debate é extremamente complexo e controvertido. Havia Associados compreendendo que a AMATRA-2 deveria se posicionar sobre a questão por se tratar de interesse coletivo, e outros compreendendo que a situação não deveria ser objeto de atuação da entidade.

Então, a Diretoria da AMATRA-2 decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral para que a questão fosse tratada com maior amplitude democrática e por envolver, inevitavelmente, conflito entre colegas Associados.

Sobre a polêmica, a Anamatra e AMATRA-19 de Alagoas ingressaram no CNJ com um PCA defendendo a impossibilidade de renúncia ao auxílio-fixo por violar a inamovibilidade do Juiz Substituto e envolver interesse público por criar despesa desnecessária no pagamento de GECJ, entre outros argumentos. Em decisão de maio, o CNJ concluiu pela inamovibilidade do Juiz Substituto julgando parcialmente procedente o pedido feito pelas duas entidades.

### ÓRGÃO ESPECIAL APROVA LICENÇA PARA ESTUDO EM LISBOA

O Órgão Especial do TRT-2, em 15 de outubro, deferiu o pedido de licença remunerada para estudos para Juíza Substituta Silvana Cristina Ferreira no âmbito do convênio que a AMATRA-2/EJUD-2 mantém com o Instituto de Direito do Trabalho (IDT) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (foto), em Portugal.

A nova Administração do TRT-2 capitaneou a aprovação e essa nova visão eleva os Magistrados da 2ª Região em igualdade aos dos demais Tribunais.

A AMATRA-2 pretende realizar novos convênios e trabalhar no convencimento dos integrantes do Órgão Especial para autorização por período que compreenda a realização de mestrado e doutorado.



DIVULGAÇÃO/UNIVERSIDADE DE LISBOA

## PRESIDENTE DO CSJT OFICIA TRTS PARA SUSPENDER PEDIDOS DE REMOÇÃO ATÉ CONCLUSÃO DO CONCURSO NACIONAL



NA FOTO, O PRESIDENTE DO TST E DO CSJT, MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

O Presidente do CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ministro João Batista Brito Pereira, oficiou os Presidentes dos 24 TRTs para que se suspendam temporariamente a apreciação de pedidos de remoção até que sejam estabelecidos procedimentos entre os Tribunais Regionais do Trabalho e que seja concluído o Concurso Nacional Unificado para ingresso na carreira de Magistratura do Trabalho.

No ofício, Brito Pereira esclarece que o instituto da antiguidade deve ser resguardado e que as vagas do Procedimento Unificado de Remoção são diferentes das vagas do Concurso Nacional Unificado para ingresso na carreira de Magistratura do Trabalho.

### ATUAÇÃO DA AMATRA-2

A uniformização do procedimento de remoção, conforme deliberado pelo Presidente do CSJT, teve atuação prioritária da ANAMATRA nas últimas semanas. Nesse sentido, o Presidente da ANAMATRA, Juiz Guilherme Feliciano, juntamente com o Presidente da AMATRA-2, Juiz

Farley Rodrigues Ferreira, reuniram-se com dirigentes do Colepexor (Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho) e com o Presidente e Conselheiros do CSJT para tratar da aplicação de resolução que regula a normativa pertinente às remoções nacionais. O objetivo das reuniões foi avançar quanto ao estabelecimento de critérios para a implantação da remoção nacional, de modo a atender todos os interesses possíveis, tendo em consideração as vagas disponíveis e a se criarem, com observância do princípio da antiguidade.

A partir de agora, após a homologação do 1º Concurso Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, serão adotadas as seguintes premissas: (1) prazo para os Magistrados do Cadastro Único de Remoção optarem pela região de sua preferência, (2) período para os TRTs deliberarem sobre os pedidos de remoção para as vagas existentes na publicação de editais de cada região, (3) data para que os TRTs informem quantos e quais Magistrados serão liberados e quantos serão recebidos.

## PRAZO PARA ADERIR AO FUNPESP-JUD VAI ATÉ MARÇO



No dia 25 de setembro, o Ministro Dias Toffoli, Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), assinou uma Medida Provisória que reabriu o prazo para adesão ao o Fundo de Previdência complementar Funpresp-JUD até 29 de março de 2019. O ato se deu enquanto o Ministro assumiu a Presidência da República, devido a viagem dos representantes na linha sucessória do titular, Michel Temer.

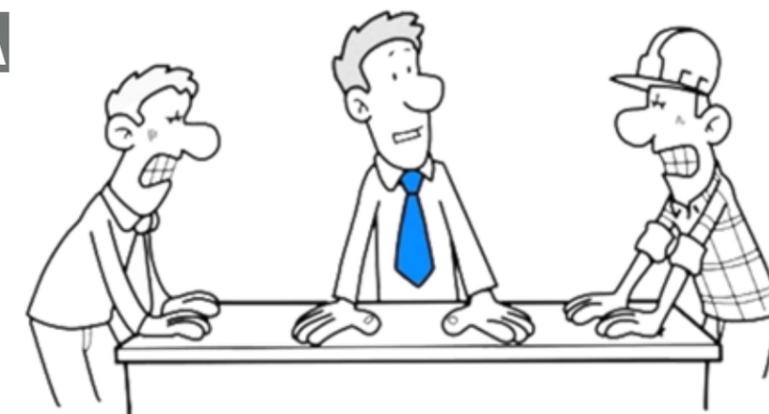
**Não esqueça:**  
**30**  
**outubro**  
eleição do Comitê de Priorização do 1º grau

## CAMPANHA MOSTRA VALOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Vídeo “O que a Justiça do Trabalho tem a ver com você?”, de iniciativa da Amatra-2, teve repercussão nacional em vários meios de comunicação

“O que a Justiça do Trabalho tem a ver com você?”. Essa pergunta parece simples, mas a maioria da população ainda não vê todo o papel da Justiça Laboral em seu cotidiano. Por isso, foi lançada a campanha que tem o objetivo de esclarecer, em um vídeo didático com cerca de um minuto de duração, a importância desse ramo do Judiciário, suas competências, bem como chamar a atenção para o voto consciente.

A campanha foi aprovada pelo Conselho de Representantes da ANAMATRA e contou com a contribuição de todas



as 24 AMATRAS e Associados, que apoiaram a ideia inicial, apresentada pelo Juiz Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, Presidente da AMATRA-2 (SP).

No dia 18 de setembro, o vídeo foi divulgado nas redes sociais e logo foi compartilhado e curtido por milhares de internautas. Além do Facebook, Twitter, YouTube e Instagram, a campanha também foi veiculada no Metrô de São Paulo, por onde circulam mais de 2,7 milhões de pessoas por dia, e nas rádios Nova Brasil FM (89,7 MHz), Nativa FM (95,3 MHz) e Rádio Capital AM (1040 kHz) durante a primeira semana de outubro, período que antecedeu o primeiro turno das eleições no Brasil.

**3,1 milhões**  
número de visualizações da campanha



## AMATRA REALIZA DEBATE SOBRE AUTOGESTÃO EM PLANO DE SAÚDE

No dia 24 de agosto, foi realizado no Fórum Ruy Barbosa o seminário Autogestão em Plano de Saúde. O evento contou com as palestras realizadas por profissionais do meio e tratou de temas como Autogestão em Saúde – modelos existentes e implantação, TRT-5-Saúde: projeto, implantação e consolidação, A regulação dos planos privados de assistência à saúde e Experiências da ABAS15 enquanto plano de autogestão. A autogestão é uma modalidade dominante em órgãos da administração pública.

## TRT-2 PROMOVE EM NOVEMBRO O 1º SEMINÁRIO DE DIREITO E RACISMO

No dia 23 de novembro de 2018, o auditório do Fórum Ruy Barbosa sediará o 1º Seminário de Direito e Racismo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O evento, que ocorre das 9h às 17h15, contará com várias mesas com os temas Identidade Racial na Crítica da Razão Negra, Como o Racismo Estrutural dificulta a Ascensão Social da População Negra, O Racismo nas Relações de Trabalho e Ações Afirmativas como Instrumentos de Fomento da Igualdade Racial. O seminário é aberto ao público em geral.



## RECEITA TORNA SEM EFEITO NOTIFICAÇÕES SOBRE AUXÍLIO-MORADIA NO IR

A Receita Federal do Brasil tornou sem efeito as notificações encaminhadas a Juizes do Trabalho com relação à retificação das declarações do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) devido ao recebimento da vantagem. Como não ficou claro se a verba recebida era isenta para fins tributários, a Receita solicitou esclarecimento adicional à AGU que, em parecer, defendeu o caráter indenizatório da ajuda de custo. O tema ainda está em debate no STF, com os autos conclusos ao relator, o Ministro Luiz Fux.



MESA DE ABERTURA (DA ESQ. PARA DIR.): DESEMBARGADORES SÉRGIO PINTO MARTINS, DIRETOR DA EJUD-2, VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA, CONSELHEIRO DO CNJ, OS JUÍZES GUILHERME FELICIANO, PRESIDENTE DA ANAMATRA, FARLEY FERREIRA, PRESIDENTE DA AMATRA-2 E OS DESEMBARGADORES, RILMA HEMETÉRIO, PRESIDENTA DO TRT-2, E LUIZ ANTÔNIO MOREIRA VIDIGAL, CORREGEDOR DO TRT-2

## PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CONTRA A CENSURA

ENCONTRO ANUAL DA AMATRA-2 EM CAMPOS DO JORDÃO REFORÇA O PAPEL DE CIDADÃO DOS MAGISTRADOS

POR ALEXANDRE SACONI

FOTOS: DIVULGAÇÃO AMATRA-2

Corrido entre os dias 12 e 14 de outubro no Hotel Blue Mountain, em Campos do Jordão, o Encontro Nacional da AMATRA-2 reuniu cerca de 75 participantes, entre Magistrados e demais autoridades.

O teor do evento ficou claro desde os primeiros momentos do encontro: a liberdade de expressão, que é o reflexo da cidadania do Magistrado, não pode ser confundida com atividade político-partidária. Os palestrantes do evento defenderam seus pontos de vista sobre o limite entre a liberdade de expressão e a definição de atividade político-partidária.

A abertura das palestras foi feita pelo Presidente da AMATRA-2, Juiz Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, em mesa composta pela Desembargado-

ra Rilma Hemetério, Presidenta do TRT-2, pelo Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Anamatra, e pelos Desembargadores Valtércio Ronaldo de Oliveira, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Antônio Morei-

**“A melhor maneira de se fazer isso é a autorregulação. Ao se autotutelar, o Magistrado passa a entender os limites da liberdade de expressão e evita riscos [...]”**

FARLEY FERREIRA, PRESIDENTE DA AMATRA-2

ra Vidigal, Corregedor do TRT-2, e Sérgio Pinto Martins, Diretor da Ejud-2.

### AUTOREGULAÇÃO

Na continuação do evento, teve início o painel “Liberdade de Expressão do Magistrado – A Voz do Juiz na Era das Mídias Sociais”. Em sua fala, o Presidente da AMATRA-2 pediu cautela a todos os Magistrados quanto à interpretação do Provimento 71, do CNJ.

“A melhor maneira de se fazer isso é a autorregulação. Ao se autotutelar, o Magistrado passa a entender os limites da liberdade de expressão e evita riscos como responder processos e reclamações. Cada um vai entender o que for adequado no seu papel enquanto cidadão”, argumentou Farley Ferreira.

Guilherme Feliciano também defendeu que é preciso diferenciar atividade político-partidária, que é vedada constitucionalmente aos Magistrados, e manifestação política.

“A liberdade de expressão é um valor fundamental a ser preservado. Nessa perspectiva, ‘a atividade político-partidária’ deve merecer a mais estrita interpretação possível. Não se amplia o odioso”, afirmou o Presidente da Anamatra.

O painel ainda contou com uma palestra da Desembargadora Kenarik Boujikian, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Em sua fala, ela abordou o tema da liberdade de expressão no contexto da independência judicial e da democracia e como o assunto é uma preocupação no âmbito da ONU e OEA. “O movimento #ele não, de oposição às atitudes do candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, não pode ser compreendido como dedicação à atividade político-partidária”, defendeu a Desembargadora. “Por coincidência, no dia anterior [à palestra], soube que o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, enviará ofício para que eu explique manifestações onde apareço com uma camiseta estampada com a hashtag”, relatou.

O presidente da Anamatra também destacou um caso específico onde o limite entre a atividade político-partidária e a liberdade de expressão se confundiram. Referindo-se a um julgamento do CNJ, Feliciano lembrou o caso de um Magistrado cujo irmão era candidato a um cargo político e sempre participava dos comícios dele. Em um destes eventos, foi chamado de “capote” (candidato que perdeu)



JUIZ GUILHERME FELICIANO, PRESIDENTE DA ANAMATRA.

por um popular. Neste momento, o Magistrado partiu para as vias de fato com o cidadão por se sentir ofendido pelo ataque sofrido contra o irmão. Com este exemplo, o presidente da Anamatra convidou todos os participantes a refletirem onde termina a liberdade de expressão e onde se inicia a “atividade político-partidária”, já que Magistrado participava ativamente da campanha do irmão.

### ENCERRAMENTO

Após as palestras, os participantes do Encontro Nacional participaram da redação do documento Carta de Campos de Jordão (íntegra ao lado), no qual estimulam a reflexão sobre o alcance das liberdades públicas dos Magistrados. “Restabelecer a confiança do Judiciário passa pela reflexão de se reconhecer em uma sociedade plural, garantindo a divergência de opinião e a convivência de liberdades, sem se descuidar do dever de imparcialidade”, diz o texto da Carta.



NA FOTO, A DESEMBARGADORA KENARIK BOUJIKIAN COM OS JUÍZES DO TRABALHO FÁBIO MOTERANI E JOSÉ CARLOS CASTELLO BRANCO, DA DIRETORIA CULTURAL DA AMATRA-2

## A CARTA DE CAMPOS DE JORDÃO

Os Magistrados do Trabalho da Segunda Região reunidos no 34º Encontro Anual da AMATRA-2 sob o tema “Liberdade de Expressão do Magistrado – A Voz do Juiz na Era das Mídias Sociais”, concitam a reflexão quanto ao alcance das liberdades públicas do Magistrado.

O verbo é uma das principais matrizes da humanidade, por meio do qual se fez e ainda se faz a história. É o veículo imprescindível das ideias que movimentam a sociedade.

O verbo pode construir ou destruir. Ante o receio desse potencial, coexistem os conceitos de liberdade plena, liberdade assistida e cerceamento da fala do magistrado. Todavia, cercear a voz, de forma parcial ou total, significa extinguir o exercício crítico da história.

Devemos entender que nenhuma subjetividade se sobrepõe ao direito constituído. Entretanto, o direito não deve ter por escopo reprimir previamente a expressividade.

O avanço da democracia e os avanços dos direitos humanos do pós-guerra exigem da sociedade moderna a valoração do ser humano de forma a lhe proporcionar o direito e o espaço de fala.

A investidura no cargo de Magistrado não tem o condão de despi-lo de sua cidadania. Querendo-se ou não, o Magistrado faz parte da vida política social.

Cabe ao Juiz preservar a higidez constitucional em seus valores democráticos. O verbo do Juiz deve refletir esses valores.

O Juiz não se submete a crime de hermenêutica. Seu horizonte de convivência é comum a qualquer cidadão. A entonação de suas opiniões extra-institucionais é de responsabilidade do cidadão no espectro constitucional, no qual se insere o magistrado.

Restabelecer a confiança do Judiciário passa pela reflexão de se reconhecer em uma sociedade plural, garantindo a divergência de opinião e a convivência de liberdades, sem se descuidar do dever de imparcialidade.

A vedação à dedicação a atividade político-partidária do Magistrado constitui imperativo do Princípio da Separação dos Poderes e da confiança social que legitima o próprio Poder. Porém, não deve ser interpretada além de seu alcance semântico de modo a impedir o espaço e o direito de fala do Juiz.

Consciente de sua fortaleza racional, independente e focado no bem comum, o Juiz está capacitado a entender sua responsabilidade e sua posição na vida social, sendo essencial reafirmar sua cidadania, seu verbo e sua história, elementos que constituem a plenitude do ser social.

Campos do Jordão,  
12 de outubro de 2018.  
DIRETORIA DA AMATRA-2



# ENCERRAMENTO COM MÚSICA E DANÇA



O 34º Encontro Anual da AMATRA-2 terminou na noite de sábado, 13 de outubro, com uma festa no salão do Hotel Blue Montain. A noite foi embalada por uma banda de música ao vivo e um jantar com cardápio italiano.





## REVISTA HOMENAGEIA ISABEL QUADROS ROMEO

No dia 19 de julho foi lançada a 11ª Edição da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2, uma homenagem à Associada Magistrada Isabel Cristina Quadros Romeo. Em seu discurso, o Vice-Presidente da entidade, Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva, elogiou a carreira da homenageada e ressaltou sua atuação enquanto diretora da AMATRA-2 à frente de iniciativas como a expansão e decoração das salas de lanches, reforma da sede e organização de vários eventos da entidade. Além de Magistrados da ativa e aposentados, participaram da homenagem familiares e representantes da diretoria da AMATRA-2.

## DATAS

### Tomou posse



- Em 16/07/2018 a Juíza substituta

#### REBECA SABIONI STOPATTO

Proveniente da 15ª Região, em face de permuta ocorrida com o Juiz Alexandre Silva De Lorenzi Dinon. A AMATRA-2 foi representada, na ocasião, por seu Vice-Presidente, Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva, no exercício da Presidência. A solenidade foi realizada no gabinete da Presidência do TRT-2.

## BENEFÍCIOS PARA JUÍZES APOSENTADOS

Desde setembro, após o requerimento da Comissão de Aposentados atendido pela Diretoria Executiva da AMATRA-2, o almoço diário na Sala de Lanches da entidade no Fórum Ruy Barbosa passa a ser servido gratuitamente a todos os Magistrados Aposentados. O objetivo da medida é incentivar a maior frequência dos aposentados e promover sua integração com aqueles que estão na ativa. Além desta novidade, o Associado Aposentado com mais de 25 anos de contribuição para a Entidade ou dependente supérstite paga 50% da atual mensalidade da Entidade.



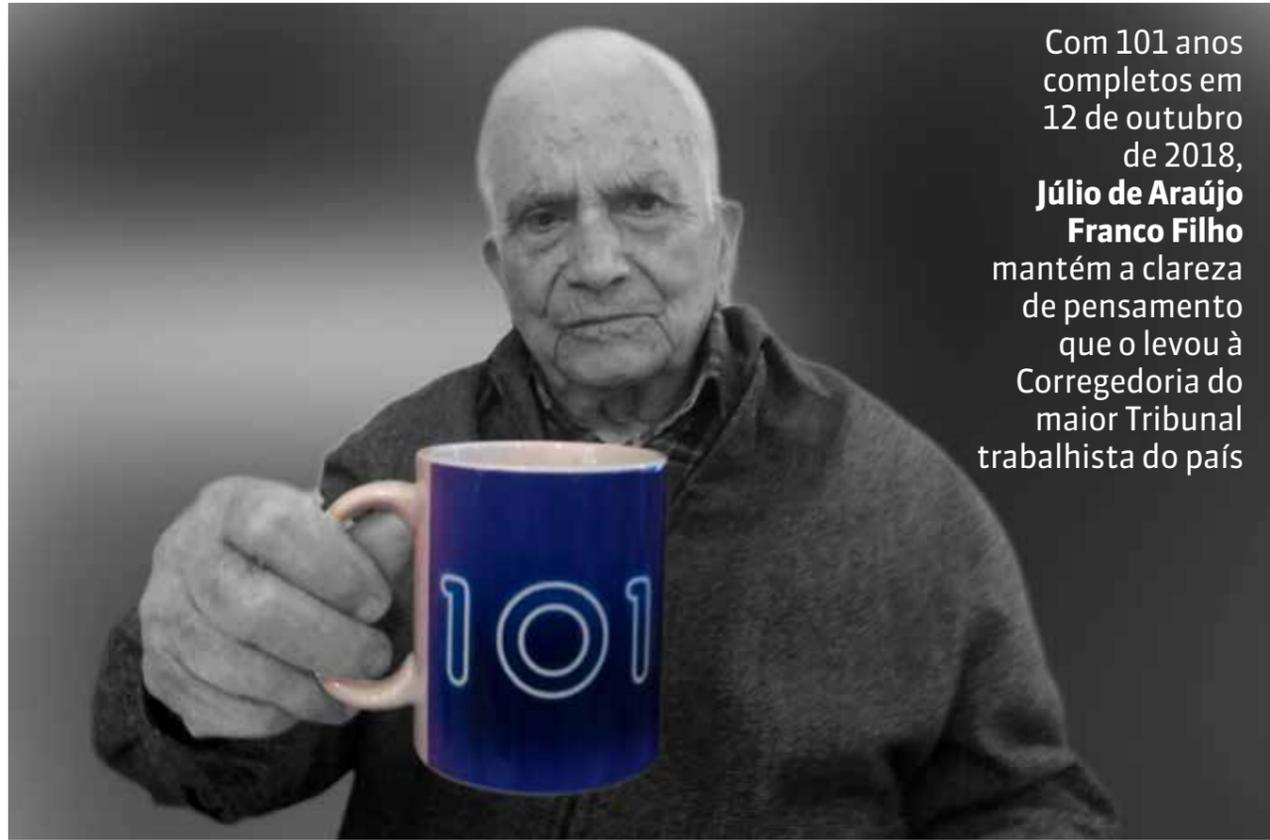
## ESPORTE



OCEAN PALACE, UM DOS HOTÉIS CONVENIADOS, E O OURO NO XADREZ EM 2017, ÁLVARO SIMÕES: AMATRA-2 TEM 31 INSCRITOS E REFORÇO NO TREINAMENTO

## JOGOS DA ANAMATRA: BOLSA-ATLETA 'TURBINADO'

A equipe da AMATRA-2 para os Jogos Nacionais da Anamatra 2018 vai para Natal, local onde acontecerá o evento, com 31 inscritos e o objetivo de melhorar o resultado do ano passado, quando ficou em terceiro lugar na classificação geral. Em 2017, representantes da 2ª Região trouxeram medalhas nas modalidades de natação e futebol, entre outras. O Juiz Aposentado Álvaro Simões conquistou o ouro na categoria xadrez. Segundo o Juiz Frederico Cerutti, da Diretoria de Esportes e Lazer, as equipes de futebol, vôlei de praia e natação têm tido treinos regulares. Este ano houve um aumento no valor do bolsa-atleta para Associados - o reembolso de despesas, incluindo a inscrição, subiu de R\$ 1.000,00 para até R\$1.500,00. A 11ª Edição dos Jogos Nacionais da Anamatra acontecem entre 31 de outubro e 3 de novembro.



Com 101 anos completos em 12 de outubro de 2018, **Júlio de Araújo Franco Filho** mantém a clareza de pensamento que o levou à Corregedoria do maior Tribunal trabalhista do país

ALEXANDRE SACONI/ARIEL COMUNICAÇÃO

# MAIS DE UM SÉCULO DE VIDA E MUITO POR VIR

POR ALEXANDRE SACONI

Simpático. Paciente. Respeitoso. Culto. Ótimo chefe. Alto astral. Bondoso. Inteligente. Essas são apenas algumas das palavras para definir o Desembargador aposentado Júlio de Araújo Franco Filho, segundo um grupo de amigos próximos formado por ex-servidores e Magistrados do TRT-2, que conviveram com o Desembargador em diferentes fases dos 31 anos que ele atuou na Justiça do Trabalho – entre 1956 e 1987. O encontro com a turma do Tribunal acontece com regularidade, uma vez a cada ano pelo menos, sempre no restaurante do Hotel Gran Corona, no centro de São Paulo. No espaço, Doutor Júlio, como é chamado por garçons e maitre, tem mesa cativa.

Nascido em Santos, filho de uma dona de casa e de um policial voluntário na época da Revolução de 1932, Júlio de Araújo Franco Filho é da turma de 1940 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Fez parte do grupo 109 na trajetória da instituição fundada no Largo de São Francisco, centro da ca-

“Apenas digo que sou muito grato a todos os meus amigos, por tê-los conhecido e ter conseguido manter essa amizade (...).”

pital paulista, cuja turma número 01 se formou em 1828. Acompanhou de perto a evolução dos direitos trabalhistas – garantidos no governo Getúlio Vargas por meio da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) –, a criação da Justiça do Trabalho e a trajetória do Brasil enquanto Nação em tempos de guerra, ditadura e períodos democráticos, como o que vivemos nos dias atuais.

Além do encontro no Gran Corona, a agenda do Desembargador aposentado inclui muita leitura e um almoço mensal com sua cuidadora e um ou outro amigo que se disponha a ir ao restaurante próximo da casa de Franco Filho, no bairro da Vila Clementino. Doutor Júlio é viúvo há vinte anos, tem uma filha, três netos e mais três bisnetos. Nas conversas com

os amigos dois assuntos não entram na pauta: falar de doença ou de política, lembra um dos participantes da tertúlia no centro da capital paulista.

No evento deste outubro de 2018, a confraternização entre antigos e fiéis escudeiros de Doutor Júlio tinha uma motivação a mais. Dali a dois dias, no feriado de 12 de outubro, o Desembargador completaria 101 anos de idade. A reportagem do *Magistratura e Trabalho* acompanhou o encontro no hotel Gran Corona. Infelizmente uma fatalidade, a morte de um dos irmãos do Desembargador, o impediu de participar do encontro. Mesmo assim, os amigos foram e, como forma de homenagear o aniversariante, contaram algumas das histórias que, na concepção deles, reforçam o perfil, caráter e humanidade de Doutor Júlio: uma espécie de celebração da vida.

Neyde Galardi, que atuou como secretária de audiência na 4ª Junta de Conciliação e Julgamento (atual Vara do Trabalho) entre as décadas de 1960 e 1970, lembrou da generosidade e carinho que o Desembargador sempre teve com os jurisdicionados. Em uma audiência inicial, ocorrida no início dos anos 70, um trabalhador analfabeto não podia assinar um documento. Enquanto ele molhava o dedo em uma almofada de carimbo para imprimir sua digital no papel, Doutor Júlio perguntou se o homem conhecia o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

### IMPRESSÃO DIGITAL

“Você conhece o Mobral? É um programa muito bom e que vai lhe ajudar a ler e escrever. Recomendo!”, aconselhou o Magistrado. Meses depois, na audiência de instrução, o Juiz Classista da 4ª Junta, presidida por Franco Filho, observou que nos documentos da petição inicial constavam a impressão digital do jurisdicionado e se adiantou em buscar a almofada de carimbo. O trabalhador, porém, disse que não precisava, pois já sabia escrever o próprio nome graças à indicação do Doutor Júlio. “Foi um momento de forte emoção para todos no gabinete”, lembrou Neyde. Na ocasião, o Presidente da Junta se levantou e foi em direção ao homem para cumprimentá-lo.

Outra servidora que atuou como secretária e também auxiliava na datilografia das audiências presididas pelo Magistrado, Rosa Maria Pessoa Rangel,

“Pelo que nós temos de passado, acho que o futuro é promissor devido ao momento atual da sociedade brasileira. O próprio desenvolvimento requer uma Justiça do Trabalho.”

lembrou o respeito com o qual Dr. Júlio tratava reclamantes e reclamadas, além da pontualidade com a pauta. “No dia anterior à publicação das sentenças, o Doutor Júlio levava os processos que ainda não tinham sido datilografados para casa, escrevia as sentenças e voltava no dia seguinte com tudo pronto para entregar ao datilógrafo”, contou. “Ele nunca atrasou nenhuma pauta. Isso mostrava o respeito aos jurisdicionados e advogados, cumprindo a missão que escolheu”, destacou. Rosa ainda lembra que isso causava surpresa aos servidores que atuavam com o Desembargador aposentado, já que seu respeito a todos ultrapassava o discurso e se mostrava na prática cotidiana.

Uma outra história interessante sobre Franco Filho é contada por seu primo, o Desembargador Ricardo Verta Ludovice,

do TRT-2. Ele lembra que suas famílias não mantinham contato há décadas. Porém, há cerca de quatro anos, o Magistrado aposentado confeccionava uma árvore genealógica e encontrou o pai de Ludovice, Haroldo. “Essa é a prova do homem comum que ele é. Mesmo após nove décadas de vida, ele continuou a buscar suas origens, pode rever integrantes da família que há muito tempo não via e ainda encontrou outros parentes no Canadá e na Europa”, lembra o Desembargador Ricardo Ludovice.

### SUFOCO EM CASA

A gentileza e alto-astral são marcas registradas de Doutor Júlio. Após não poder comparecer ao almoço no qual seria homenageado pelos amigos e daria entrevista ao *Magistratura e Trabalho*, o Desembargador aposentado fez questão de conversar rapidamente por telefone com a reportagem. Fez alguns agradecimentos e falou algumas palavras que transcrevemos no texto abaixo. A impressão que se tem, mesmo sem conhecer Doutor Júlio Franco Filho, é que este homem merece mesmo estar cercado de muitos amigos. Afinal, como diz o escritor francês Antoine Saint-Exupéry no clássico infanto-juvenil *O Pequeno Príncipe*: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Que venham outros muitos anos para quem, como Doutor Júlio, sabe cativar.

### AS PALAVRAS DE QUEM SABE CATIVAR

AOS AMIGOS: “Apenas digo que sou muito grato a todos os meus amigos, por tê-los conhecido e ter conseguido manter essa amizade desde o tempo em que trabalhávamos juntos até o presente. Já sou aposentado há 30 anos, e mantivemos um bom relacionamento, felizmente. Agradeço a colaboração que tiveram comigo e em manter essa amizade, que felizmente é muito válida e muito agradável.”

AOS MAGISTRADOS DO TRABALHO: “Parabenizo a todos pelo esforço que fazem e fizeram em levar a Magistratura do Trabalho Paulista ao ponto que está. Trouxemos esta magistratura ao ponto alto em que ela se encontra, e a perspectiva é que ela se desenvolva mais ainda, e há campos para se abrir.”

O FUTURO DA JUSTIÇA DO TRABALHO: “Pelo que nós temos de passado, acho que o futuro é promissor, devido ao momento atual da sociedade brasileira. O próprio desenvolvimento requer uma Justiça do Trabalho”.



## PROCESSOS DE PROMOÇÃO: EM PAUTA O MAIS BREVE POSSÍVEL

Primeira mulher negra a assumir a Presidência de um Tribunal no Brasil, a **Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério** afirma que a legislação não reparou os danos morais e materiais causados à etnia e admite que forças políticas cogitam e se empenham na extinção da Justiça do Trabalho

O gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (TRT-2), no 23º andar do edifício-sede na Avenida Consolação, em São Paulo, ganhou mais cores com pequenos vasos de plantas e flores espalhados pela sala. Ganhou também a presença de uma ocupante que, por sua ascendência, marca a história: a Desem-

bargadora Rilma Aparecida Hemetério é a primeira mulher negra a ocupar a Presidência de um tribunal no Brasil. Filha de uma dona de casa e de um artesão dono de uma pequena sapataria em Caxambu, cidade do sul de Minas Gerais, ela mudou para São Paulo em 1971, quando ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP e vivia

entre a capital e Osasco, onde morava na casa de um tio. Nesta entrevista ao *Magistratura e Trabalho* ela fala sobre os processos de promoção penderes, o aprimoramento e ampliação do auxílio-fixo, a estratégia para reduzir o acervo dos maiores litigantes, o risco de extinção da Justiça do Trabalho e sobre a dívida do País com os afrodescendentes.

**P.** Na campanha que resultou em sua eleição para a presidência do TRT-2, a senhora afirmou que sua prioridade seria uma gestão participativa. Como colocará isto em prática?

**R.** Mantendo o diálogo permanente com todos os interlocutores, quer individualmente, quer coletivamente por entidade representativa. Isso ocorrerá em encontros agendados e participações em eventos, incluindo os culturais e sociais.

**P.** Quando a senhora deve incluir na pauta do Pleno os processos de promoção penderes?

**R.** A inclusão de tais processos já foi determinada e acontecerá no mais breve espaço de tempo possível.

**P.** Qual medida irá adotar para cumprir a Política Nacional de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição?

**R.** Promoção e revisão do Planejamento do TRT-2, alinhando-o à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, conforme o determinado pela resolução do CNJ, adotando procedimentos que possibilitam completar os quadros das Varas, observando e analisando a atual distribuição dos servidores do Tribunal, de forma a propiciar os seus remanejamentos e direcionamentos para implantar a atenção prioritária à primeira instância.

**P.** Qual sua posição sobre o auxílio-fixo nas varas?

**R.** O auxílio-fixo nas varas tem-se mostrado eficaz e será mantido e aperfeiçoado, para possibilitar a programação dos serviços dos Magistrados com eficiência, dentro de um sistema de colaboração conjunta.

**P.** Qual estratégia sua gestão adotará para reduzir o acervo dos maiores litigantes da Justiça do Trabalho, de acordo com a meta do PEJT?

**R.** Como estratégia, buscarei administrar as causas repetitivas dos grandes litigantes provenientes de entes públicos, do sistema financeiro e de transportes, por exemplo, gerenciando as informações com a utilização dos sistemas eletrônicos, para monitorar os assuntos recorrentes de tais lides.

Estimularei a conciliação e as solu-

ções alternativas de conflitos, incentivando o acordo e os meios extrajudiciais para a solução negociada, pela conciliação, mediação e arbitragem.

**P.** No universo político, muita gente tem criticado decisões de Juizes de Primeira Instância no que tange às mudanças impostas pela reforma trabalhista. Como a senhora analisa essas críticas?

**R.** As mudanças impostas não foram ainda totalmente assimiladas pelos destinatários, em face do curto espaço de tempo da sua implantação. Paulatinamente, as decisões irão sedimentar-se com a melhor interpretação da lei e aplicação do direito, consoante a nossa realidade, sempre embasada na independência funcional do Magistrado para julgar conforme o seu livre convencimento.

Devemos considerar que as mudanças sempre causam impactos e críticas positivas e negativas, que se incluem no processo de implantação de mudanças.



**“Não se há de cogitar na eliminação da Justiça do Trabalho, ainda mais que o direito de ação é uma garantia constitucional. Solucionando o conflito trabalhista, mesmo que sob outra instituição, sempre existirá a Justiça do Trabalho.”**

**P.** A reforma trabalhista e o Judiciário foram temas recorrentes na campanha para a presidência da República. A senhora acredita que a Justiça do Trabalho corre o risco de deixar de existir?

**R.** Não se pode ignorar que forças políticas cogitam e se empenham na extinção da Justiça do trabalho, sem qualquer fundamento sustentável.

O conflito de interesse entre patrão e empregado sempre existirá e, conseqüentemente, a necessidade do apaziguamento social. Daí decorre a precisão de uma Justiça Especializada, que no caso é a do Trabalho. Não se há de cogitar na eliminação da Justiça do Trabalho, ainda mais que o direito de ação é uma garantia constitucional.

Solucionando o conflito trabalhista, mesmo que sob outra intitulação, sempre existirá a Justiça do Trabalho.

**P.** Como deve ser a relação da nova administração do TRT-2 com a AMATRA-2?

**R.** A relação entre a administração do TRT-2 e a AMATRA-2 deverá ser embasada no diálogo, colaboração e participação em busca da valorização da Justiça do Trabalho.

**P.** A senhora é a primeira mulher negra a presidir um Tribunal no Brasil. Na sua opinião, o país tem sido justo com a população negra?

**R.** A inclusão social lenta e a ausência de políticas públicas para os afrodescendentes demonstram que o nosso país não é o mais qualificado na distribuição da justiça.

Mais de cinquenta por cento dos brasileiros são afrodescendentes, cujos antepassados gratuitamente e forçadamente, por séculos, contribuíram com seu trabalho para o desenvolvimento econômico e progresso da nação.

Entretanto, os afrodescendentes encontram-se, até os dias atuais, em situações visivelmente desfavoráveis e privados das mesmas oportunidades dos demais brasileiros, uma vez a lei da abolição e as subseqüentes não cuidaram de reparar o dano moral e material causado a toda etnia, deixando de incluí-la na sociedade brasileira em igualdade de condições com os demais e, conseqüentemente, impedindo-a do exercício da plena cidadania.

## ESTUDOS NO EXTERIOR: RELATOS E EXPERIÊNCIAS

MAGISTRADOS CONTAM COMO FOI A VIVÊNCIA DE ESTUDAR FORA DO BRASIL



**JUIZA SUBSTITUTA ANA LÍVIA MARTINS DE MOURA LEITE**  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“Entre 2016 e 2017, por cerca de um ano, frequentei do curso de pós-graduação em Direito do Trabalho na Universidade de Lisboa, em Portugal, em razão de convênio existente entre a entidade e a AMATRA-2.

A experiência foi certamente uma das mais enobrecedoras por mim já vividas. O contato com a legislação estrangeira, ensinada por profissionais de renome - Maria do Rosário Palma Ramalho e Pedro Romano Martinez são apenas exemplos - e a oportunidade de vivenciar *in loco*, com a troca de informações e experiências, as agruras e anseios dos profissionais de nossa área naquele país, trouxeram uma reflexão somente possível por meio do convívio local e diário com os portugueses.

Estudar o direito estrangeiro e, ao mesmo tempo, experimentar a cultura do país de que se origina a legisla-

ção, permite maior compreensão do direito em si, as razões de suas falhas e sucessos, assim como os motivos pelos quais vários de seus institutos, algumas vezes transpostos para a legislação brasileira, podem ou não ser viáveis em nossa sociedade.

Vale lembrar que parte do que é hoje a CLT, pós reforma trabalhista, contou com inspiração no direito português, sendo exemplos o contrato intermitente, a previsão legal da dispensa em massa e a possibilidade de mitigação de alguns direitos por intermédio de norma coletiva. Tomar conhecimento, de antemão, de experiências práticas e aplicação de normas como estas em outras culturas, contribui para que nós, operadores do direito, tenhamos maior segurança e convicção ao aplicá-las em nosso país e somente vem a engrandecer nossa atuação como Magistrados.”



**DESEMBARGADOR ALVARO NÔGA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

“Deslocar-se, especialmente para o exterior, conviver com outra cultura e adaptar-se a ambientes diversos já seriam motivos para justificar o afastamento do Magistrado. Mas o enfrentamento de questões jurídicas sob uma ótica diferenciada enriquece o conhecimento de inúmeras diversidades e fortalece convicções próprias de nossas bases científicas.

No caso concreto da Universidade de Lisboa, o que se estudou foram institutos jurídicos que em tudo qualificaram seus alunos para o enfrentamento de questões que, em nosso país, sobrevieram muito posteriormente, como a reforma trabalhista. Em países europeus, as experiências já haviam sido aplicadas, com maior ou menor amplitude de êxito e fracasso. Assim, o aprendizado lá conquistado vem a qualificar aqui os atuais órgãos decisórios.”

### Opinião sobre licença para estudos

“As regras do CNJ, das escolas judiciais, dos regimentos internos dos Tribunais e o teor dos convênios firmados fixam uma série de exigências suficientemente claras para demonstrar a conveniência do afastamento para estudos.

A formação e atualização profissional dos Magistrados são inafastáveis comandos de ordem legal, inclusive com os requisitos do próprio exercício da judicatura. Sabe-se, outrossim, que a

**JUIZA TITULAR**  
**PATRICIA ALMEIDA RAMOS**  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



“Fui aluna do curso de mestrado em Ciências Jurídico Laborais na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 2005/2006. Tal experiência foi incalculável por ter me possibilitado, além da ampliação de horizontes, uma visão mais ampla sobre o direito, notadamente em face do contato próximo com a Escola Alemã e seus estudos sobre os direitos fundamentais.

Minha linha de pesquisa foi a saúde do trabalhador como direito fundamental, com ênfase na saúde mental, matéria, até então, pouco explorada na seara trabalhista. As conclusões provenientes dos meus estudos foram essenciais para o exercício futuro da judicatura sob vários aspectos. Cito, como exemplo, meu aprofundamento em pesquisas específicas sobre o assédio moral e o assédio sexual, situações que, na oportunidade, tinham definição doutrinária bastante limitada e legislação incipiente no Brasil.”

### Opinião sobre licença para estudos

“Sou totalmente favorável ao afastamento de Magistrados e Magistradas para estudos em instituições de ensino situadas tanto em território nacional como no exterior. O conhecimento diferenciado e a formação continuada são circunstâncias primordiais para o aperfeiçoamento teórico e técnico do trabalho do Poder Judiciário. No caso dos estudos no exterior, a experiência vivenciada em países distintos possibilita uma oxigenação de pensamentos, o que contribui para a evolução do direito e progresso da doutrina e jurisprudência, em consonância com o crescimento acelerado da sociedade e suas demandas.”

especialização em determinado segmento do direito distingue o preparo, e isto resulta em que seja a qualificada capacitação um dos principais elementos de aferição do nível de qualificação.

Desde que preenchidas as minuciosas regras para sua concessão, o que se conclui é ser conveniente, e mesmo indispensável, que os Tribunais proporcionem a seus Magistrados uma adequada oportunidade de estudos, e isto sob pena de não se elevar a própria instituição que integram.”



# ACONTECEU

## DIA DAS CRIANÇAS DA AMATRA-2:

# BRINCADEIRAS E DIVERSÃO

Bebês, meninos e meninas maiorzinhos e seus pais e mães se reuniram no Espaço Pindorama, no bairro da Vila Nova Conceição, para comemorar a data, sinônimo perfeito de alegria





**EM POSSE, NOVA PRESIDENTA DO TRT-2 CRITICA TENTATIVAS DE ENFRAQUECIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Interrompida várias vezes por aplausos, a Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério tomou posse como presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) fazendo um discurso veemente em defesa da Justiça do Trabalho. Ela e o novo Corpo Diretivo assumiram seus cargos em cerimônia realizada no dia 1º de outubro no salão nobre do edifício sede do Tribunal. “Repudio qualquer ato que afronte a dignidade da pessoa humana e não pouparei esforços para preservar esta Justiça Especializada pelos valores que a fundamentam, que, por si só, justificam sua existência”, afirmou. “Clamo pela colaboração de todos nessa empreitada”.



Passaram a integrar o novo Corpo Diretivo do TRT-2, maior tribunal trabalhista do país, a Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves (Vice-Presidente Administrativa), o Desembargador Rafael Edson Pugliese Ribeiro (Vice-Presidente Judicial) e o Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal (Corregedor Regional). O salão nobre estava repleto de Magistrados, servidores, autoridades e demais convidados. Na mesa principal do evento estavam o Procurador-Chefe do MPT, Erich Vinicius Schramm, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro João Batista Brito Pereira, o Ministro do Trabalho, Caio de Mello e o Presidente da OAB-SP, Marcos da Costa.



O Juiz Farley Rodrigues Ferreira, Presidente da AMATRA-2, representou a entidade na cerimônia de posse do Corpo Diretivo para o Biênio 2018-2020. Ele cumprimentou a Desembargadora Rilma Hemetério com um carinhoso e respeitoso beijo na testa. O Presidente do biênio 2016-2018, Desembargador Wilson Fernandes, cumprimentou os presentes, agradeceu a todos pela colaboração durante sua gestão e lembrou a crise orçamentária que enfrentou logo que assumiu. “Esta é uma obra a ser executada por muitas mãos, em uma ação coordenada entre várias entidades”, declarou.



# ACONTECEU

## EM JANTAR, NOVA DIREÇÃO DO TRT-2 RECEBE BOAS-VINDAS

Homenagem organizada pela AMATRA-2 aconteceu no Clube Português após a cerimônia de posse do corpo diretivo do Tribunal  
FOTOS: FELIPE PINHOLI



## TRATAMENTO ODONTOLÓGICO, NUTRIÇÃO E RESTAURANTE

Estes são os segmentos com descontos para os Associados da AMATRA-2 e seus dependentes

### COLÔNIA DE FÉRIAS APAMAGIS

Descontos especiais em hospedagem nas Colônias de Férias situadas no Guarujá, Campos do Jordão e Termas de Ibirá.

[www.apamagis.com.br/colonias/](http://www.apamagis.com.br/colonias/)



### AGÊNCIA PINHEIROS – CORRETORA DE SEGUROS

A antiga Fontana Seguros oferece condições especiais aos Associados e seus dependentes em seguros de vida, saúde, viagem, fiança locatícia, de residências e equipamentos. Para tirar dúvidas e pedir cotações, entre no site: <http://agenciaseguros.com.br/produtos/amatra/>

### HOTEL VILLAGIO TUDO BOM

Desconto de 10% nos serviços de hospedagem. O hotel fica no município de Uruaú, 90 km de Fortaleza.

[www.hotelvillagiotudobom.com/po](http://www.hotelvillagiotudobom.com/po)

### INSTITUTO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total de módulo de qualquer curso de língua italiana. Válido para Associados, cônjuges e filhos.

[www.icib.com.br](http://www.icib.com.br)

### KING PARK CONGONHAS

Na unidade próxima ao aeroporto de Congonhas, o estacionamento oferece descontos de 20% nas diárias e 10% na mão de obra em serviços disponíveis. Em Moema, os descontos são de 25% para estacionar e 12% nas lavagens.

### LIMA SUB ESCOLA DE MERGULHO

Desconto de 10% em todos os cursos ministrados pela escola. Telefone para mais informações: (41) 9911.6757

### MACKENZIE

Descontos para Associados e seus dependentes em cursos de pós-graduação Lato Sensu, fundamental e ensino médio.

[www.mackenzie.br](http://www.mackenzie.br)

### MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para Associados e familiares nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi.

[www.marcellaledo.com.br](http://www.marcellaledo.com.br)

### MARIA DOS ANJOS DOMÉSTICAS

Desconto de 15% na taxa de administração referente a um salário da profissional contratada. Telefones: (11) 3105.4403 ou 3242.0679



### ODONTO HARMONY – ODONTOLOGIA INTEGRADA

Pelo convênio, serão concedidos aos Associados e dependentes 30% de desconto sobre o valor da consulta e procedimentos. Endereço: Avenida Angélica, 321 – conjunto 151, Santa Cecília - São Paulo. Para informações e agendamento ligue (11) 99305-7681.

### MISTRAL VINHOS

A importadora oferece descontos de até 20% em seu amplo catálogo de vinhos. [www.mistral.com.br/parceria/amatra2](http://www.mistral.com.br/parceria/amatra2)

### NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Paula Pessuto. Consultório em Higienópolis com estacionamento no local. Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776



### RB NUTRI – NUTRIÇÃO ESPORTIVA

Pelo convênio, serão concedidos aos Associados e dependentes 30% de desconto sobre o valor da consulta e procedimentos. Endereço: Avenida Angélica, 321 – conjunto 151, Santa Cecília - São Paulo. Para agendar um horário, ligue (15) 98170-3512.

### REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede em São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higienópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>

### SAM'S CLUB

Associados e dependentes terão desconto de R\$ 10,00 no valor da primeira anuidade do cartão de sócio do SAM'S Club, bem como um brinde para aquele que ficar sócio da loja. Mais informações no site [www.samsclub.com.br](http://www.samsclub.com.br) ou pelos telefones: (11) 5545.5800.



### RIO QUENTE RESORTS

Desconto de 10% no valor da hospedagem nos hotéis do Rio Quente Resorts, Costa do Sauipe e Hotéis em Caldas Novas, nas tarifas aéreas e rodoviárias operadas pela VALETUR, além de 40% nos bilhetes de acesso ao Hot Park e Praia do Cerrado. Saiba mais sobre o Grupo Rio Quente/ Sauipe/Valetur no site [www.gruporioquente.com.br/convenio](http://www.gruporioquente.com.br/convenio), pelo telefone (11) 3412-4830 ou pelo e-mail [convenio@rioquenteresorts.com.br](mailto:convenio@rioquenteresorts.com.br)

### NORMANDO DESPACHANTE

Desconto de 15% em todos os serviços prestados a Associados e dependentes. Telefones: (11) 3873.1348 ou 3862.2539



### WOK RESTAURANTE

Associados e dependentes têm 10% de desconto na alimentação por quilo no restaurante localizado próximo ao Fórum Ruy Barbosa. Endereço: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 321 – Barra Funda, São Paulo – Telefone: (11) 3392-6199.